

A NOVA FÁBRICA É O BAIRRO? O TRABALHO POLÍTICO E TERRITORIAL DE DUAS ORGANIZAÇÕES DE COOPERATIVAS NA PERIFERIA DE BUENOS AIRES

JAVIER WALTER GHIBAUDI

RESUMO *O artigo discute as mudanças e permanências na ação coletiva de setores dominados na periferia de Buenos Aires na década de 2000, em termos de processos de territorialização e na sua relação com o trabalho. Concentra-se em dois estudos de caso de organizações que se apresentavam como autônomas dos partidos e sindicatos tradicionais, defendiam a criação de relações de trabalhos cooperativas e propunham uma política a partir do bairro. Destaca-se como as suas propostas e ações de trabalho territorial recriam tradições de classe, questionam a divisão entre lutas sociais fora e dentro da fábrica e quebram o senso comum sobre a incapacidade de ação coletiva de pressupostos excluídos sociais.¹*

PALAVRAS-CHAVE: *Cooperativismo; Ação Coletiva; Periferia; Buenos Aires; Organizações de Trabalhadores Desempregados; Economia Popular e Solidária.*

A fábrica era o lugar onde você se formava, onde aprendia a história, onde se construía e recuperava a identidade e a memória como trabalhador. Hoje não existe mais [...] Evidentemente, temos de nos organizar no bairro

[...] **a nova fábrica é o bairro...**

(Entrevista com Victor De Gennaro;² CECENÁ, 2001)

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como questão-marco o estudo das mudanças e permanências na ação coletiva de setores dominados na periferia de Buenos Aires na década de 2000, em termos de processos de *territorialização* e na sua relação com o *trabalho*. Interessa ler historicamente essas relações em termos de lutas de classes – no sentido de Thompson (1966; 2001) e de territorialização – no sentido dado por Haesbaert (2004). Nesse marco, o artigo entende *periferia* no sentido relacional e como parte de processos de territorialização onde são construídas, e também questionadas, relações de dominação. Em Buenos Aires, essa periferia toma a denotação social de *Conurbano Bonaorense*,³ e sua formação se articula com a constituição da sua classe *trabajadora*, suas ações e sua identidade.

¹ Este artigo resume uma parte dos resultados de minha tese de doutorado defendida no IPPUR/UFRJ em 2010 e com apoio do CNPq e da CLACSO. Gostaria de agradecer as pessoas entrevistadas para a pesquisa e a colaboração de professores e colegas como Virginia Manzano (UBA), Héctor Palomino (UBA), Héctor Poggiese (FLACSO-Argentina), Gabriel Fajn (UBA) e meu orientador de tese de doutorado, Carlos Vainer. Sou grato também ao debate dos resultados com colegas e professores ao longo do trabalho de tese e sua defesa, como Ana Clara Torres Ribeiro, Henri Acselard, Frederico Araújo, Flávia Braga e Guilherme Marques, do IPPUR/UFRJ, e Carlos Walter Porto Gonçalves (UFF).

² Vitor De Gennaro era na época secretário-geral da Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA), organização formada na década de 1990 em oposição aos sindicatos tradicionais e que podia ser localizada como mais à esquerda no espaço político argentino.

³ O *Conurbano Bonaorense* ou Grande Buenos Aires (INDEC, 2005) faz referência aos municípios da Província de Buenos que, com a Capital Federal, formam a Área Metropolitana de Buenos Aires. Segundo o último Censo, o GBA tem 9.859.658 e a Capital Federal 2.827.535 moradores, totalizando 12.687.193, aproximadamente um terço da população da Argentina (INDEC, 2010).

Especificamente, a pesquisa observa como duas organizações de desempregados na periferia de Buenos Aires na década de 2000 expressariam mudanças na ação coletiva dos dominados em relação com a fábrica e o bairro. Procura-se interpelar assim a clássica divisão entre lutas do/pelo trabalho e lutas pelas condições de vida (HARVEY, 1982), sendo que a síntese de De Gennaro sugere uma reviravolta (e uma rebelião) da ação política face o que indicariam modelos teóricos mais tradicionais vindos dos países centrais.

A Associação de Produtores Familiares (APROFA) e o Movimento de Trabalhadores Desempregados de La Juanita (MTD), como será visto em seguida, focam as suas reivindicações na construção de relações de trabalho como um direito a partir da sua condição de desempregados. Enfatizam também, em seus Projetos de transformação — na acepção latina do termo de proposta para o futuro —, uma ação no entorno mais imediato e nas práticas do cotidiano: o bairro. Propõem relações de trabalho diferentes das salariais, enfatizando uma maior corresponsabilidade na produção e uma maior igualdade na distribuição do produto do trabalho através da formação de cooperativas. Defendem não somente sua autonomia, mas também sua oposição às instituições políticas tradicionais e às suas práticas na periferia de Buenos Aires. Nesse sentido, formavam parte do grupo que certos pesquisadores designaram organizações autônomas e de ação de bairro dentro do universo mais amplo de organizações piqueteiras (SVAMPA; PEREYRA, 2003). São contemporâneas, não por acaso, de fenômenos como as *recuperadas*, fábricas em crise ocupadas e geridas por seus trabalhadores também em forma de cooperativa (FAJN, 2003; PALOMINO, 2003; REBÓN, 2004).

As técnicas de pesquisa priorizadas foram a observação e as entrevistas com lideranças e membros das organizações e daquelas com as quais se relacionam, em trabalhos de campo realizados durante o ano de 2005 e com uma série de entrevistas de controle e atualização em 2010. Foram analisados também estatísticas socioeconômicas, boletins e publicações das organizações e de outras instituições, assim como matérias em jornais de mais ampla divulgação. Ao trabalho com os casos de estudo se agregou a leitura de outras etnografias e pesquisas de abrangência mais geral, que também descrevem e discutem a ação coletiva a partir de dominados em Buenos Aires no mesmo período.

O artigo começa apresentando a formação das organizações em estudo e o surgimento de seus empreendimentos cooperativos. Em seguida, analisa essas ações em relação com a construção territorial das organizações. Posteriormente, em um diálogo crítico com alguns autores de referência da Economia Popular Solidária, observa-se o trabalho cooperativo em sua perspectiva de Projeto Político e inscrito em relações sociais mais amplas. Nas considerações finais são sintetizados os principais resultados da pesquisa.

2. OS CASOS EM ESTUDO: MTD LA JUANITA E APROFA

2.1 SURGIMENTO, MEMBROS E ENTORNO TERRITORIAL DO MOVIMIENTO DE TRABAJADORES DESOCUPADOS (MTD) LA JUANITA

Começando pelo *Movimiento de Trabajadores Desocupados*⁴ La Juanita (MTD), em uma primeira análise sobressai sua relação com as ações que se agregam, em forma simplificada, sob o termo “movimiento piquetero”. Mais especificamente, e seguindo os conceitos de Svampa e Pereyra (2003), estaria dentro da vertente piqueteira “barrial” ou “de bairro”, que tem como base uma tradição e um trabalho territorial mais intenso, sendo isso mais comum nas organizações localizadas no Conurbano (SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 11-52). Seus objetivos publicamente divulgados são a obtenção de “trabalho digno” para seus membros, questionando o Estado pela “crise do desemprego”⁵ e participando, nas suas origens, do bloqueio de estradas, os “piquetes”, para tornar visíveis suas demandas, iniciativas comuns às organizações piqueteiras, segundo esses dois autores.

A partir das tradições políticas de seus membros e das relações com outras organizações – com destaque para *Las Madres de Plaza de Mayo* e o *Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos* (IMFC) –,⁶ foram se diferenciando de outras agrupações piqueteiras ao sublinhar sua recusa em se tornar beneficiários dos planos de transferência de renda do Estado – *los planes* –⁷ e apoiar, sim, a geração de trabalho mediante cooperativas e uma maior articulação com o entorno social mais imediato. Em agosto de 2005 eram quinze os membros ativos da organização. Entre os que exerciam uma maior liderança, encontra-se um antigo operário metalúrgico com militância em agrupações de esquerda nas décadas de 1970 e 1980 e experiência no trabalho “de base” em bairros de La Matanza, incluindo a ocupação de terras.⁸ Além da importância de “antigos companheiros de política de bairro”, destaca-se a função de uma participante docente, com experiência de trabalho em educação popular nessas mesmas décadas e que se integrara ao MTD no fim da década de 1990. Trata-se de pessoas com mais de 40 anos de idade que se articulam com outros membros que têm em média 25 anos e que, na sua maioria, se aproximaram do MTD por intermédio das Madres de Plaza de Mayo.

O entorno socioespacial mais imediato à organização, conhecido como bairro La Juanita, formou-se a partir do loteamento de uma antiga propriedade rural. Localiza-se em La Matanza — município com mais de um 1,2 milhão de moradores (INDEC, 2010), no sudoeste do Conurbano —, reconhecido também por sua tradição de lutas sindicais, pela importância histórica do partido peronista (PJ) e pela presença de grandes organizações piqueteiras de atuação nacional. La Juanita apresenta indicadores socioeconômicos típicos do segundo “cordão” dos subúrbios da Capital Federal, com valores inferiores aos desta e aos do primeiro cordão de seus subúrbios. Mesmo que a sua formação esteja dentro dos padrões formais de ocupação, é vizinho das áreas urbanas que surgiram com a ocupação de terras para moradia, principalmente na década de 1980 – os chamados *assentamentos*, onde mais da metade de seus membros mora ou morava. Segundo reconhecem membros e vizinhos do MTD, trata-se de uma área rica na ação de “*punteros*” ou “cabos eleitorais” do PJ.⁹

4 “Desocupados”, no nome original em espanhol, deve ser entendido como “desempregados”.

5 Ver Flores (2005) e boletins do MTD (2002, 2003, 2004).

6 A primeira surge na última ditadura militar (1976-1983), com as passeatas feitas na Plaza de Mayo – sede do poder executivo de Argentina – pelas mães que reclamavam pela localização de seus filhos que, na sua maioria torturados e assassinados pela ditadura clandestinamente, são hoje conhecidos como “desaparecidos”. O IMFC é uma instituição formada em 1958 e que procura fomentar o cooperativismo na Argentina. Ver IMFC (2008), AMPM, (1996) e La Vaca (2007).

7 Trata-se de planos de transferência de renda a partir de uma contraprestação em termos de trabalho temporário. Tendo variados nomes e versões – *Plan Trabajar*, de 1996 a 2002; *Plan Jefes y Jefas de Hogar*, desde 2002 –, ganharam força em 2002 e se estenderam ao governo de Nestor Kirchner (2003-2007) (SVAMPA, 2008, p. 48-52) (SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 86-100).

8 Para o fenômeno da ocupação de terras em La Matanza na década de 1980, ver Merklen (1991). Para a ação política em setores populares na década de 1970 na Argentina, ver Werner e Aguirre (2007).

9 Com o termo *punteros* são denominadas as pessoas que, ligadas a partidos políticos e sem pertencer formalmente à administração pública, atuam intermediando recursos de origem estatal para famílias de baixa renda, pressupondo uma retribuição em termos de fidelidade política e eleitoral (AUYERO, 2001).

2.2 SURGIMENTO, MEMBROS E ENTORNO TERRITORIAL DA ASOCIACIÓN DE PRODUCTORES FAMILIARES (APROFA)

A APROFA se formou em 1998. Sua origem está relacionada a um grupo de jovens que trabalhavam em uma horta comunitária dirigida por um padre católico. Inconformados com a negativa do padre em ampliar as atividades da horta para atividades com vizinhos, os membros desse grupo decidiram formar sua própria organização e começaram a trabalhar com uma primeira horta para dez famílias do bairro e com ferramentas obtidas através do *Plano Hortas Familiares* do estatal *Instituto Nacional de Tecnología Agrária* (INTA). Como no caso do MTD, rejeitaram os *planes* de transferência monetária e procuraram gerar trabalho e renda a partir de relações de trabalho cooperativas.

A APROFA é uma associação cujo núcleo está formado na sua maioria por jovens entre 20 e 30 anos, muitos com segundo grau completo e alguns na universidade. Uma parte está presente desde o início – seus membros já se conheciam por relações de vizinhança e também familiares. Outros, em menor número, integraram-se a partir de atividades de extensão em universidades, como a de Luján e Moreno, em áreas de assistência social e agricultura comunitária. Também participam ativamente da organização três pessoas com mais de 40 anos de idade, vizinhos do bairro, sendo dois desempregados e um relacionado com uma escola comunitária de um bairro vizinho, com princípios de cooperativismo, chamada *Creciendo Juntos*. Finalmente, chefes de duas famílias do bairro somaram-se para participar ativamente, sendo primeiramente simples destinatários das ações de APROFA – frequentavam seu refeitório –, com poucos anos de escolaridade formal (primeiro grau incompleto) e morando dentro da área mais pobre do bairro. É esse o perfil dos indivíduos que, de fato, a APROFA tentaria não somente beneficiar, mas também integrar ativamente na sua organização.

A maioria dos membros e das ações da APROFA limitava-se inicialmente ao bairro La Quebrada ou, no máximo, à região conhecida como Paso del Rey, sempre dentro do município de Moreno. O fato de sua atividade original ter sido a de hortas comunitárias pode associar-se, em parte, às características urbano-rurais do município. Localizado nos limites do oeste do *Conurbano*, seu primeiro crescimento demográfico significativo está relacionado ao desenvolvimento dos subúrbios de Buenos Aires na segunda metade do século XX, oferecendo terras de pouco valor monetário aos imigrantes vindos do interior da Argentina. Sem um desenvolvimento industrial próximo, os moradores de Moreno sempre o consideraram um “município dormitório”, sendo que a maioria de seus habitantes trabalhava na Capital Federal ou nos distritos mais industrializados de seus subúrbios. Essa situação começa a mudar na década de 1990: o fechamento de fábricas e a falta de emprego em geral determinariam que uma parte crescente da população nem sequer tentasse viajar às áreas centrais. Como mencionado já no caso de La Matanza, em Moreno também domina o PJ junto a seus *punteros*. No município existe também uma maior presença de organizações associativas e cooperativas ligadas ao fornecimento de bens coletivos, especialmente desde o surgimento de assentamentos para moradia em lugares que careciam de infraestrutura, na década de 1980. Suas lideranças e organizações não pertencem à estrutura do partido peronista, tampouco a sindicatos ou outros partidos. Diferentemente de La Matanza, essas organizações não derivaram nem podem ser confundidas com grupos piqueteiros — relativamente escassos no município.

3. A ORIGEM DOS EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS: TRADIÇÕES POLÍTICAS, SOBREVIVÊNCIA E “PROVA E ERRO” PARA O TRABALHO DIGNO

[...] logo percebemos que só trabalhando coletivamente poderíamos sobreviver.
(Declaração de Soledad Bordegaray, do MTD, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010,
tradução minha)

[...] a cooperativa é uma forma para poder participar mais no trabalho e nas decisões.
(Entrevista com membro da APROFA, janeiro de 2005, tradução minha)

A partir da reconstrução das trajetórias do MTD e da APROFA pode-se afirmar que, longe de se reduzir ao senso comum que as indica como uma “resposta à exclusão”, as formas de trabalho desenvolvidas pelas organizações em estudo expressam tradições, valores e relações mais amplas. A proposta de desenvolver outras formas de relações de trabalho — cooperativas — e de troca — feiras *comunitárias* ou de *trueque* — não surgiu espontaneamente por reação automática face aos indicadores de desemprego. Nos casos aqui em estudo, os valores — e também o apoio material concreto — para se formarem cooperativas chegaram fundamentalmente a partir de organizações mais antigas: as mencionadas Madres de Plaza de Mayo, o IMFC e a escola Creciendo Juntos. Assim, recriaram tradições de ação de caráter socialista e mutualista muito presentes na primeira metade do século XX em Buenos Aires (ROMERO; ROMERO, 2000; GUTIERREZ; ROMERO, 1995). Envolveram não poucas atividades de discussão, cursos e oficinas com os membros da APROFA e do MTD, e se construíram fundamentalmente na prática concreta, enfrentando desistências e precisando de apoios mais contínuos.

Do lado dos primeiros membros e das lideranças, com maior experiência de ação política, existia uma referência ao ideal socialista e uma opção de nova estratégia política, a partir do bairro e a favor da “autonomia”. Foram eles, de fato, os principais interlocutores com as instituições que atuaram como mediadores na construção das organizações. Nessa interação se foi formando, aos poucos, uma proposta específica — o trabalho cooperativo e autônomo — dentro do contexto mais geral de desemprego e falta de representatividade das instituições políticas tradicionais:

[...] fomos percebendo que somente trabalhando de forma coletiva podíamos sobreviver [...] criamos nossos próprios trabalhos, pois sabíamos que os muito jovens sem experiência e os velhos não tinham como conseguir emprego [...] (Declaração de Soledad, liderança do MTD, Fórum Urbano Mundial – FUM –, Rio de Janeiro, março de 2010).

[...] a falta de opção era clara no bairro e entre os jovens, por isso tentamos fomentar ações coletivas que gerassem alguma renda ou permitissem garantir alguns bens básicos [...] (Declaração de liderança da APROFA, entrevista em janeiro de 2005, tradução minha).

Já entre os membros que não ocupavam posições de liderança ou não eram parte do grupo fundador, as motivações primeiras tinham menos influência de tradições e interações políticas. Uma grande maioria aproximou-se das organizações “procurando um bico [...], algo de trabalho [e] uma forma de subsistir”. Desse modo explicam a

sua chegada através das primeiras atividades produtivas das organizações, como os refeitórios e hortas da APROFA ou a padaria e a feira relacionadas ao MTD (Quadros 1, 2 e 3). O contato dava-se a conhecer pelo bairro graças às lideranças e às iniciativas das organizações ou aos vínculos familiares com os que já eram membros, na medida em que se iam agregando participantes que chamavam seus parentes para trabalhar em alguma coisa ou “arranjar alguma renda”.

Quadro 1. Empreendimentos econômicos da APROFA (ano 2005)

EMPREENDIMENTO (FREQUÊNCIA DA PRODUÇÃO)	TRABALHADORES	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	FORNECEDORES E DESTINATÁRIOS	RETRIBUIÇÃO AO TRABALHO
Refeitório (de segunda-feira a sábado)	Duas famílias responsáveis da cozinha e dois membros da APROFA responsáveis pela gestão	Distribuição das tarefas entre famílias voluntárias Contabilidade e planejamento da APROFA	Alimentos fornecidos: pela prefeitura (menos de 25%) e o resto comprado com recursos da ONG Acción Contra el Hambre (ACH) ou produzido pelos empreendimentos da APROFA	Trabalho voluntário para o refeitório
Fábrica de massas (4 dias por semana)	Doze mães de família beneficiárias do refeitório	Cada membro faz uma atividade similar A contabilidade e a programação semanal dependem dessas mães O planejamento e o seu controle são feitos pela APROFA	O capital inicial e os insumos vêm de recursos de ACH Mais de 50% da produção vão para o refeitório, 25% são para autoconsumo e o restante é vendido nas proximidades	A produção que excede as necessidades do refeitório é distribuída segundo as horas trabalhadas, para ser depois autoconsumida ou vendida de forma conjunta
Oficina de serigrafia (atividade irregular, dependendo de encomendas de instituições afins)	Três membros ativos da APROFA	Todos com tarefas semelhantes Contabilidade e gestão próprias	Capital inicial da ACH, e recursos por pagamento adiantado dos clientes	Retribuição igualitária
Criação de frangos e produção de ovos (produção contínua)	Quinze famílias recebem as ferramentas e assessoria para a produção da APROFA	Cada família é responsável por uma produção mínima determinada pela direção da APROFA, também responsável pelo planejamento e controle	Capital inicial e recursos correntes de ACH Assessoria técnica de estudantes da Universidade Nacional de Luján	50% da produção vão para o refeitório, o resto é para consumo próprio das famílias, e deste uma parte pode vir a ser comercializada com a ajuda da APROFA
Horta (produção contínua)	Dez famílias, como mostrado acima	Produção assessorada e monitorada pela APROFA e de responsabilidade das famílias	Insumos e ferramentas do Plano Hortas Comunitárias do Governo Nacional	Toda a produção é para o consumo das famílias

Fonte: Elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

Quadro 2. Empreendimentos econômicos do MTD La Juanita (ano 2005)

EMPREENDIMENTO (FREQUÊNCIA DA PRODUÇÃO)	TRABALHADORES	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	FORNECEDORES E DESTINATÁRIOS	RETRIBUIÇÃO AO TRABALHO
Oficina de Costura (5 dias por semana)	Oito	<p>Cada trabalhador faz uma atividade semelhante</p> <p>Um membro do MTD faz a gestão e programação da produção</p> <p>Diretrizes mais gerais são discutidas com os membros ativos do MTD</p>	<p>Trabalho predominante <i>por encomenda</i>: entrega de matérias-primas e pagamento por produto produzido para terceiros</p> <p>Principais clientes-fornecedores: Boutique Martín Churba (ver LUDUEÑA, 2005) e uma fábrica de cortinas</p> <p>Capital inicial: recursos de fundações ligadas a representações diplomáticas (embaixada do Japão)</p>	Igualitária, segundo as horas trabalhadas
Padaria (5 dias por semana)	Quatro	<p>Igual ao anterior, sendo os membros do MTD responsáveis pela gestão administrativa</p>	<p>Insumos comprados de pequenos atacadistas</p> <p>Venda de varejo na sede do MTD e para moradores das proximidades</p> <p>Parte da produção é para a merenda dos alunos da escola</p> <p>Capital inicial: recursos de fundações ligadas a representações diplomáticas (embaixada do Canadá)</p>	Igual ao anterior
Oficina de serigrafia (segundo encomendas de instituições interessadas, sem produção no momento da pesquisa)	Dois	<p>Igual ao anterior, um membro do MTD responsável pela gestão administrativa</p>	<p>Trabalho por encomenda</p>	Igual ao anterior

Fonte: Elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

Quadro 2. Empreendimentos econômicos do MTD La Juanita (ano 2005)

Editora (para boletins ou publicações específicas)	Entre três e quatro membros do MTD	Fora o trabalho de redação — feito pelo núcleo do MTD —, a distribuição das tarefas é relativamente igualitária, incluindo a gestão administrativa Sendo parte da política de divulgação do MTD, seu planejamento é feito pelo núcleo da organização	Recursos monetários e divulgação de instituições que apoiam de forma geral o MTD Venda no varejo em eventos e na sede da agrupação Acordo mais recente com editora comercial para reedição de livros da organização, antes de publicação própria	Igual ao anterior
Recepção de estagiários e pesquisadores	Dois membros do MTD	Tarefas equivalentes, planejamento e controle do MTD	Recurso inicial de doações. Custos correntes financiados com a renda do empreendimento	Igual ao anterior

Fonte: Elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

Quadro 3. Empreendimento associado ao MTD La Juanita (ano 2005)

FEIRA COMUNITÁRIA: Aproximadamente 40 vizinhos reúnem-se diariamente para a troca e compra-venda de produtos
<ul style="list-style-type: none"> • Origem dos produtos: bens usados; bens produzidos artesanalmente; sobras de cestas de alimentos distribuídas pelo poder público; frutas e verduras compradas em mercados de atacado. • Organização do intercâmbio: preços em moeda corrente, inferiores aos dos estabelecimentos comerciais vizinhos. Cada vendedor tem de pagar uma quantia fixa de 1 peso à gestora da feira. Os elementos de trabalho para a venda são fornecidos pelos próprios feirantes. • Gestão: de responsabilidade de uma pessoa com experiência em feiras anteriores e que não fazia parte ativa do MTD. • O MTD somente fornece o espaço físico para a feira acontecer na sua sede

Fonte: Elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

Quadro 4. Estrutura organizativa da produção na APROFA e no MTD La Juanita (ano 2005)

<p>a) Assembleia central: formada pelos membros ativos de cada organização, responsável por definir a estratégia e as diretrizes dos empreendimentos. Formal e juridicamente é ela a organização.</p> <p>b) Empreendimentos econômicos e culturais: nem todos os trabalhadores são membros ativos da assembleia, mas têm de indicar um delegado para representá-los nela. As decisões cotidianas de produção são tomadas pelo conjunto de seus trabalhadores.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

A opção de não aderir ao que denominaram como *malditos planes* de transferência de renda do governo foi um marco em termos identitários e também em quantidade de aderentes, tanto para a APROFA quanto para o MTD. Nos membros que ficaram nas organizações após essa decisão, a motivação material não podia ser mais única nem suficiente para explicar a sua permanência e a sua adesão ao longo do tempo — até porque os *planes* rejeitados ofereciam na época uma renda fixa mensal superior à das atividades produtivas tanto da APROFA quanto do MTD. Nas trajetórias e nos valores que aparecem nas entrevistas desta pesquisa, fica claro o processo de identificação que tem como um de seus elementos constitutivos o “trabalho digno” e que as propostas de trabalho cooperativo procurariam concretizar. Quando perguntados sobre as motivações para formar parte da organização ou quando indagados sobre os principais objetivos do grupo, membros da APROFA e do MTD afirmam que se trata principalmente de “ter a possibilidade de viver de forma digna” no sentido de “não depender nem se submeter a ninguém”, principalmente “ao governo e à esmola em troca de votos”.

O *trabalho digno* a partir do cooperativismo, como proposto nas duas organizações, expressa também uma resistência à premissa, especialmente divulgada junto com a implantação das reformas trabalhistas na Argentina na década de 1990,¹⁰ de que era culpa dos indivíduos estar desempregados — por falta de capacitação ou iniciativa empreendedora. Nesse sentido, destacam-se as palavras de ordem do MTD — “Da culpa à autogestão” —, que sintetizam o confronto com esse discurso dominante (FLORES, 2005).

O *trabalho digno* indica um distanciamento das políticas implantadas desde a metade da década de 1990 para “aliviar” a situação generalizada de desemprego; políticas presentes em programas de transferência de renda e de ocupação transitória, os *planes* acima mencionados. Diferencia-se dos agentes e das práticas dominantes da política nos subúrbios de Buenos Aires, com seus *punteros* ou cabos eleitorais. Distingue-se também da reivindicação sindical mais tradicional de abertura de empregos e aumento salarial. Diante do crescimento generalizado do desemprego¹¹ e do que descrevem como o fechamento de quase todas as fábricas de perto ou onde os vizinhos trabalhavam, o emprego assalariado parece não ser mais um objetivo. Em seu lugar, surge a proposta de desenvolvimento de formas alternativas de trabalho. A “procura da dignidade”, entendida como não submissão, envolve também a organização coletiva para o fornecimento de bens de sobrevivência: padarias e hortas, para produzir alimentos; refeitórios e feiras de escambo, para garantir o acesso aos bens considerados básicos.

O desenvolvimento de empreendimentos produtivos a partir de relações cooperativas foi, em ambas as organizações, um processo no qual as dificuldades e os avanços a partir de “prova e o erro” ajudaram a construir os valores de trabalho “digno e autônomo”. As organizações mediadoras prestavam conhecimento técnico, contatos comerciais e alguns recursos materiais para a produção tanto no MTD como na APROFA.

A interação com profissionais de fora das organizações não deixava de ser tensa, sobretudo quando questões específicas de gestão eram apresentadas por professores e técnicos segundo os parâmetros tradicionais dos negócios: o preço ótimo e de produção de equilíbrio que os modelos de microeconomia recomendavam não era compatível com o interesse das organizações de vender barato e gerar a maior quantidade de trabalho. Nessa situação, os membros das organizações optaram por uma solução que teria sido reprovada no cálculo de custos marginais da microeconomia ortodoxa,

10 Essas reformas consistiam em “flexibilizar” as relações de trabalho, reduzindo as garantias de estabilidade e outros direitos relacionados às contribuições patronais ao sistema de segurança social, às férias e à jornada de trabalho. Ver Beccaria (2001) e Rofman (1997).

11 A taxa de desemprego chegou a 21,5% em julho de 2002, seguindo uma tendência da década anterior (BEC-CARIA, 2001).

mas claramente coerente com a sua proposta política e de cooperativismo: continuar vendendo barato, mas trabalhando e produzindo mais para garantir a mesma sobra monetária final.

Outras opções políticas também tinham seus custos para os empreendimentos. O objetivo principal de gerar trabalho fazia com que “qualquer companheiro que tivesse uma proposta de empreendimento fosse apoiado, e tentávamos”, pois “ninguém podia nem queria dizer ‘não’ a um companheiro desempregado”. De fato, essa construção a partir do aprendizado e com outras regras de trabalho fez com que muitas pessoas saíssem, fosse por não se adaptarem à maior divisão de responsabilidades, fosse por necessitarem de outras fontes de renda.

As pessoas que mesmo nessas circunstâncias ficaram na APROFA e no MTD, assim como as que viriam a se somar posteriormente, desenvolveram atividades fundamentais para o processo de constituição das organizações para a sua proposta de “autonomia e dignidade” e o seu Projeto Político. Essa prática concreta envolvia também a construção de novas territorialidades.

4. AS RELAÇÕES DE TRABALHO COOPERATIVAS CONSTRUINDO TERRITÓRIOS

As relações materiais em torno do trabalho mostram o entorno territorial mais imediato como um âmbito intencionalmente central tanto na APROFA quanto no MTD (Quadros 1, 2, 3 e 4). As pessoas que realizam o seu trabalho nos empreendimentos e os destinatários de sua produção localizavam-se, principalmente, no que os membros das organizações denominam “o bairro”. Na APROFA, segundo foi observado, os empreendimentos tinham por objetivo dar trabalho aos vizinhos e a produção estava orientada para produtos considerados básicos — alimentos — para serem consumidos no entorno territorial. O pouco que não era para autoconsumo ou para redistribuição no refeitório era comercializado com famílias do bairro (Quadro 1). No MTD, isso também era claro em empreendimentos como o da padaria (MTD; DOBIN-BERNSTEIN, 2007), que, como acima mencionado, procurava vender alimentos a preços baixos aos vizinhos, e quando dava o seu apoio e um espaço para a realização da feira diária (Quadros 2 e 3).

Dessa forma, as relações materiais estabelecidas pelas organizações oferecem um primeiro indicador do sentido que a *nova fábrica* atribui ao *bairro* em termos de territorialidades da ação coletiva e em torno do trabalho. Partindo da *fábrica*, e segundo indica Sack (1986), o tradicional estabelecimento industrial (fordista) construía em seu espaço e em sua inserção produtiva uma territorialização hierarquizada com o objetivo de garantir o controle do processo de trabalho capitalista. Quando a fábrica fecha na periferia de Buenos Aires, os desempregados que aderem às cooperativas da APROFA e do MTD constroem, de fato, outra territorialidade relacionada com o seu trabalho. O espaço mais restrito da produção a partir de relações de trabalho cooperativo não tem as formas de controle tradicionais do trabalho assalariado. Ficam, ademais, intencionalmente expostos e “abertos ao público”: aos vizinhos que vão comprar os produtos ou perguntar se há algum trabalho que eles possam fazer, aos membros de organizações não governamentais e fundações interessados em realizar doações ou em ver o andamento dos projetos que financiam. Mais importante, e

além da territorialidade relacionada ao espaço restrito à produção em sentido mais imediato, o trabalho nos empreendimentos serve assim para construir novas relações com o entorno: opção de renda para alguns vizinhos, oferta de produtos mais acessíveis a preços populares ou espaço de interação cotidiano no caso da feira comunitária, para muitos outros.

A proposta de autonomia e a oposição aos *planes* não impedem que algumas relações materiais se desenvolvam com o poder público, sobretudo através das prefeituras municipais. Os militantes preocupam-se em enfatizar, porém, que essas relações nada tinham em comum com aquelas geridas pelos tradicionais *punteros*. Assim, por exemplo, a APROFA articulou-se com outras organizações que possuíam refeitórios para exigir um plano de distribuição de alimentos da prefeitura de Moreno. Também obteve subsídios de um programa do governo nacional para a compra de insumos para hortas e de outro para compra de ferramentas para as associações e a cooperativa (Quadro 1). O MTD negociou com a prefeitura de La Matanza o desenvolvimento de um centro de saúde comunitária na sede do movimento. Já com empresas privadas e a câmara de vereadores, obteve a realização de uma rede de gás a preços populares para o “bairro”, “acabando com anos de negociações mal-intencionadas e atos de corrupção que não deixavam o gás chegar ao bairro”.

A forma através da qual as duas organizações se identificam com o território não se restringe ao destaque por elas dado a uma estratégia *barrial* — no e a partir do bairro —, mas também em sua autorreferência a um território singular: La Juanita, no MTD; La Quebrada, na APROFA. Essa referência não se apresenta no sentido de pretender representar o bairro, mas, como destacam membros e lideranças, é a forma escolhida de identificação e de apresentação pública, diferenciando-se de identidades que envolvem uma escala maior e da qual desconfiam.

Dessa forma, pode-se afirmar que o *barrio* da ação das organizações, longe de refletir a regionalização oficial, é uma territorialização construída pelos sujeitos dessas ações e que serve para identificar quem está fora e quem está dentro (BOURDIEU, 2004). Nos termos sugeridos por Haesbaert (2004), aparece então uma tentativa de territorialização ligada aos Projetos das organizações e à sua procura por substituir as atuais relações de poder por outras.

5. ECONOMIA E POLÍTICA POPULAR NA PERIFERIA DE BUENOS AIRES: O TRABALHO COMO UM DOS FUNDAMENTOS DOS PROJETOS POLÍTICOS DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDADAS

Nos empreendimentos da APROFA e do MTD, assim como em sua relação com o entorno social mais imediato, nota-se que são desenvolvidas *relações de trabalho* e de troca diferentes das práticas capitalistas dominantes. Essas relações, entretanto, dão-se de forma complexa e tensa dentro das *relações de produção* capitalista dominantes.

No caso do MTD, onde a sua visibilidade e o seu apoio de instâncias sociais permitem uma escala de produção e comercialização maior, a remuneração do trabalho depende, em última instância, da realização de seu produto como mercadoria, dentro das relações de produção capitalistas dominantes. Se o produto da padaria ou da oficina de costura não é vendido, por exemplo, os empreendimentos têm de fechar, como de fato já aconteceu até

serem reabertos com novos apoios. Quando as roupas produzidas são encomendadas por uma empresa de moda — inclusive quando esta tem como primeira motivação apoiar o movimento — ou, mais ainda, quando uma fábrica quer terceirizar parte de sua produção contratando os serviços dos empreendimentos do MTD, a definição do ritmo e do preço da produção passa pelo poder de negociação maior desses agentes, que, por sua vez, vendem no mercado com critérios comerciais (Quadro 2).

No caso da APROFA, a troca dos produtos dos empreendimentos dá-se numa extensão menor e baseada em relações de caráter mais pessoal e, nesse sentido, menos mercantil.¹² Mesmo assim, quando tentam vender o excedente não consumido das hortas, devem seguir os preços do mercado mais amplo: se forem mais caros, ninguém os compra num bairro com baixa renda; se forem muito baratos, os “números não fecham”, para manter o processo produtivo da horta (ver Quadro 1).

Do mesmo modo, tanto no MTD quanto na APROFA muitos dos recursos que recebem de ONGs e de programas públicos são condicionados a gerar uma “sustentabilidade”; em outras palavras, a garantir a sua continuidade comercializando a sua produção no mercado ou a garantir o autoconsumo a baixos custos. Assim, as determinações da forma da mercadoria e a sua influência nas condições de trabalho continuam presentes.

Essa tensão pode ser lida, em termos conceituais mais rigorosos, como consequência da complexa articulação de relações de trabalho cooperativas dentro das relações de produção capitalista dominantes. As práticas concretas da APROFA e do MTD contradizem, dessa forma, as prédicas e questões colocadas por alguns estudos da Economia Popular e Solidária (EPS) para experiências cooperativas de movimentos sociais. As afirmações de alguns aderentes à EPS sobre o grau de “alteridade e oposição ao capitalistas” tendem a confundir relações de trabalho com relações de produção e tendem a reduzir a análise da ação coletiva a uma análise dicotômica, simplista, entre capital e não capital. Para Singer (2001, 2002), é possível uma economia solidária diferente da capitalista, com princípios e dinâmica próprios, “superadora” do capitalismo. Para Coraggio (1996, 2003), a Economia Popular — que não garante solidariedade, mas sim um foco na realização do trabalho — também tem especificidades que a diferenciam da “economia capitalista” e postula uma possível complementaridade de ganhos mútuos. Ambas as análises de referência, portanto, não destacam conceitualmente as contradições de propostas de relações de trabalho cooperativas que se articulam concretamente no modo de produção capitalista. A riqueza, a complexidade e as contradições próprias dessa articulação parecem assim ser omitidas por conta do viés dicotômico de suas propostas teóricas.

Pode-se afirmar, entretanto, que as relações de trabalho propostas e construídas pelas organizações não são meras alternativas de “geração de trabalho e renda”, mas parte fundamental, e subordinada, da construção de um Projeto político. Nos casos concretos da APROFA e do MTD, pode-se observar que a implantação concreta dos empreendimentos não está livre de tensões com o ideal “emancipatório” colocado pelas lideranças das organizações, expresso em: autonomia em relação ao Estado e questionamento de vínculos de subordinação. Procuram, sim, a construção do “trabalho digno”, em clara oposição às práticas e aos valores que caracterizam a política popular na periferia de Buenos Aires. Essas relações construídas nos empreendimentos são parte do objetivo de transformar o espaço mais restrito do bairro em favor dos mais pobres e em construir relações políticas e de trabalho mais igualitárias.

12 Entende-se relação de mercado como aquela definida por trocas de caráter pessoal, no sentido de que a compra e a venda não dependem das características específicas das pessoas envolvidas, mas sim dos preços e das quantidades negociadas no mercado e orientadas para a obtenção de um benefício material individual (POLANY, 2000).

Como sugere Hanna Arendt (2006, p. 82-83), é valorizando a ação política que podem ser mais bem compreendidas as relações econômicas como parte — mas não determinante — das relações e transformações sociais, retomando assim o que, segundo esta autora, havia de mais original e esclarecedor no pensamento de Marx.

É dessa forma que ganham sentido as ações de prova e erro de criação de empreendimentos, mesmo precários e contrariando os princípios tradicionais de gestão e de formação de preços. É nesse dia a dia da produção e da tentativa que as organizações vão também construindo o seu Projeto. A conclusões semelhantes, não por acaso, chegam outros pesquisadores na periferia de Buenos Aires — como Manzano, quando analisa as práticas cotidianas de grupos de organizações *piqueteras* no município de La Matanza. Atividades em refeitórios, oficinas e empreendimentos situam-se, como demonstra também essa pesquisadora, dentro de um “marco de relações de intercâmbio social e político” (MANZANO, p. 280).

Trata-se, em outras palavras, de analisar a Política Popular e observar as relações entre dominados e dominantes e as suas transformações e continuidades. Busca-se, portanto, evitar a armadilha analítica e política de entender os dominados como setor econômico autônomo e excluído.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos aqui primeiros indícios das continuidades e transformações nas identidades e na luta de classes quando a fábrica fecha na periferia de Buenos Aires e organizações de “bairro” tentam recriar relações de trabalho cooperativas.

Do lado das continuidades, e diferentemente do que a maioria das análises mais gerais sobre a ação coletiva postula na Argentina (SVAMPA, 2008; MERKLEN, 2005), os membros da APROFA e do MTD reconhecem-se como trabalhadores, como parte de uma classe que foi derrotada nas últimas décadas e que luta por manter a sua dignidade. Na mesma direção, não é trivial que a proposta dos empreendimentos seja construir relações cooperativas que sigam tradições mais antigas de movimentos internacionalistas e, mais próximas no tempo e no espaço, as experiências de cooperativas e associações socialistas dos bairros portenhos. Do lado das mudanças, elas podem ser lidas começando-se pelas diferenças com respeito a essas mesmas práticas cooperativistas mais antigas. Essas eram parte de propostas de transformação mais radical da sociedade dentro do processo de formação e luta de classes nas primeiras duas décadas do século XX. Centradas na mudança das condições de vida no *bairro*, subordinavam-se a Projetos políticos socialistas e anarquistas que colocavam como seu *Outro* os patrões, entendidos como agentes da exploração inerente ao sistema capitalista (Gutierrez, 2000a, 200b; TORRE, 2000). No MTD e na APROFA, não aparece uma crítica explícita e única aos “capitalistas”, mas sim às formas de dominação imperantes, à falta de trabalho e, sobretudo, às práticas e aos valores mais tradicionais na política, nos setores de baixa renda. Reconhecendo-se como trabalhadores, e desempregados, propõem relações de trabalho cooperativas para substituir as relações salariais já não acessíveis como alternativa de sustento. APROFA e o MTD não reivindicam a obtenção do trabalho assalariado dentro das fábricas; entendem que ele já não é uma alternativa acessível e que também não traz mais as garantias de estabilidade e promessas de progresso social que, segundo acreditam, teriam tido no passado. Como

resume uma das lideranças do MTD, a proposta política de trabalho cooperativo, de “trabalho digno”, foi construída diferenciando-se dos discursos e das práticas das instituições tradicionais:

[...] começamos a desenvolver nosso próprio trabalho enfrentando [...] o governo, que nos chamava de inúteis [...] as regras do mercado de trabalho, que nos consideravam velhos ou jovens demais [...] os sindicatos, que nos pediam que ficássemos em casa para não atrapalhar a quem ainda tinha trabalho [...] os partidos de esquerda tradicionais, que diziam que não podíamos ser um sujeito histórico. (Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha).

Observou-se também como as ações de APROFA e do MTD conseguem desenvolver um processo de territorialização dentro de um projeto de ação política. Não se trata de ações de segregados e excluídos, mas de dominados que tentam uma ação, também territorial, que mude as relações de dominação imperantes – relações que se refletem na sua condição de desempregados, de trabalhadores transitórios e mal remunerados e de moradores de territórios periféricos, lugar de políticas focais e transitórias. As duas organizações, pode-se interpretar, procuram construir um território que se contraponha às tendências territoriais dominantes (e a partir dos dominadores) presentes na periferia de Buenos Aires onde vias expressas e bairros fechados para setores de alta renda se articulam com *villas* e *assentamentos* sem maiores recursos estatais (CATENAZZI; LOMBARDO, 2003; CRAVINO, 2008; CUENYA; FIDEL; HERZER, 2004; SILVESTRI; GORELIK, 2000). Em outros termos, os ‘bairros’ da ação de APROFA e do MTD buscam desenvolver relações e condições diferentes face os cada vez mais numerosos espaços periféricos que, longe de estarem excluídos, mostram uma integração à dinâmica econômica dominante que piora as condições de vida e de trabalho de seus moradores.

Mostrar constatações contrárias às categorias da exclusão e da segregação não significa ignorar as mudanças na ação coletiva a partir de dominados e sua articulação com processos de territorialização. Seguindo a análise de David Harvey (HARVEY, 1982, p. 35)., a ação dos casos em estudo parece quebrar a dicotomia clássica “[...] imposta pelo capital [...] para fragmentar [a luta da classe trabalhadora entre o lugar] do viver e do trabalhar [...]”. Reformulando, mas ativando, uma tradição de lutas na periferia, APROFA e o MTD parecem dar a razão ao dirigente sindical Vitor De Gennaro citado neste artigo quando ele coloca que o fechamento da fábrica estimula a ter no bairro – construído pela ação – um lugar de ação e de recriação da identidade de trabalhadores, agregando de ex-operários a jovens sem experiência laboral, integrados na causa comum de ‘trabalho para todos’.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDE, H. *Sobre la revolución*. Madrid: Alianza Editora, 2006.
- AUYERO, J. *La política de los pobres: las prácticas clientelistas del peronismo*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- BECCARIA, L. *Empleo e integración social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CATENAZZI, A.; LOMBARDO, J. D. (Comp.). *La cuestión urbana en los noventa en la Región Metropolitana de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones al margen-UNGS, 2003.
- CECEÑA, A. E. El nuevo pensamiento y la transformación de la lucha en Argentina. Entrevista con Víctor De Gennaro. *Revista Chiapas*, México, n. 11., 2001. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No11/ch11ceceña.html>>.
- CRAVINO, M. C. *Vivir en la villa: relatos, trayectorias y estrategias habitacionales*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto del Conurbano, 2008. (Colección Libros de la Universidad, n. 31).
- CORAGGIO, J. L. *El trabajo desde la perspectiva de la economía popular*. San Carlos de Bariloche: 1996. Disponível em: <www.fronesis.org.ar>.
- _____. ¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? In: *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 98, p. 12-19, set./nov. 2003.
- CUENYA, B.; FIDEL, C.; HERZER, H. *Fragments sociales: Problemas urbanos de la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.
- FAJN, G. (Coord.). *Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.
- FLORES, T. De la culpa a la autogestión: aclaraciones preliminares. In: _____ (Org.). *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*, 1. ed., 2002, pela MTD Editora. Buenos Aires: Continente, 2005. p. 13-45.
- _____. Cuando con otros somos nosotros. In: _____ (Org.). *Cuando con otros somos nosotros: la experiencia asociativa del Movimiento de Trabajadores Desocupados MTD La Matanza*. Buenos Aires: MTD Editora, 2006. p. 17-53.
- GUTIERREZ, L. H. Los trabajadores y sus luchas. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000a. v. 2. p. 65-81.
- _____. La mala vida. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000b. v. 2. p. 83-92.
- GUTIERREZ, L. H.; ROMERO, L. A. *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classe em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Trad. Flávio Villaça. *Espaço e Debates*, n. 6, ano II, p. 6-35, jun./set. 1982.
- INSTITUTO MOVILIZADOR DE FONDOS COOPERATIVOS (IMFC). *50 Años de Ideas e Ideales*. Buenos Aires: IMFC, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). *¿Qué es el Gran Buenos Aires?* Buenos Aires: INDEC, 2005.
- _____. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*. Buenos Aires: INDEC, 2010. Disponível em: <www.censo2010.indec.gov.ar>.

Javier Walter Ghibaudi é professor adjunto e pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (SEN/UFF). Economista pela Universidade de Buenos Aires (UBA), mestre e doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. E-mail: <javierghibaudi@id.uff.br>.

- MANZANO, V. Un barrio, diferentes grupos: acerca de dinámicas políticas locales en el distrito de La Matanza. In: FERRAUDI CURTO, M. C.; GRIMSON, A.; SEGURA, R. *La vida política en los barrios populares de Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 267-294.
- MERKLEN, D. *Pobres ciudadanos: las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003)*. Buenos Aires: Gorla, 2005.
- MERKLEN, D. *Asentamientos en La Matanza: la terquedad de lo nuestro*. Buenos Aires: Catálogos, 1991.
- MTD La Matanza; DOBIN-BERNSTEIN, N. *La masa crítica: libro de recetas de la panadería comunitaria del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: MTD Editora, 2007.
- PALOMINO, H. (Org.). El movimiento de empresas recuperadas. In: *Revista Sociedad*, Buenos Aires, n. 20-21, 2003.
- POLANY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- REBON, J. *Desobedeciendo al desempleo: la experiencia de las empresas recuperadas*. Buenos Aires: Ediciones P.I.C.A.S.O - La Rosa Blindada, 2004.
- ROFMAN, A. *Convertibilidad y Desocupación en la Argentina de los '90. Análisis de una relación inseparable*. Buenos Aires: CEUR-UBA, 1997.
- ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2.
- SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SILVESTRI, G.; GORELIK, A. Ciudad y cultura urbana, 1976-1999: el fin de la expansión. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 461-499.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. *Economía solidaria versus economía capitalista*. *Sociedade e Estado, Revista Semestral de Sociologia*, Brasília, vol. XVI, n. 1-2, jan./dez. 2001.
- SVAMPA, M. *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.
- SVAMPA, M.; PEREYRA, S. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- TORRE, J. C. La ciudad y los obreros. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 259-272.
- THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. p. 269-281.
- _____. *The making of the english working class*. New York: Vintage Books, 1966.
- WERNER, R.; AGUIRRE, F. Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976: clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de la izquierda. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2007.

PRINCIPAIS DOCUMENTOS, BOLETINS E ARTIGOS DE IMPRENSA CONSULTADOS

- ACPM. El desarrollo y la gestión en una Organización Social: APROFA, abril de 2009. Disponível em: <<http://acpmsocial.ning.com/group/comunicacionydesarrollo>>.
- APROFA, boletins, ano 2004.
- ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO (AMPM). Reseña de la historia de las

Madres hasta 1995: Acciones, acontecimientos y luchas hasta 1995. Disponible em: <<http://www.madres.org/asp/contenido.asp?clave=2379>>.

INSTITUTO MOVILIZADOR DE FONDOS COOPERATIVOS (IMFC). Declaración por el 50º Aniversario del IMFC: 50 años de Ideas e Ideales. La Gesta Del Instituto Movilizador De Fondos Cooperativos, nov. 2008. Disponible em: <<http://www.imfc.coop/modules/descargas/descarga.php?cid=2&lid=80>>.

LA VACA. La historia de las Madres de Plaza de Mayo: érase una vez catorce mujeres, *Portal de Noticias La Vaca*, Buenos Aires, 30 abr. 2007. Disponible em: <<http://lavaca.org/notas/la-historia-de-las-madres-de-plaza-de-mayo-erese-una-vez-catorce-mujeres>>.

_____. Decí Mu con los maestros ignorantes. *Portal de Noticias La Vaca*, Buenos Aires, 08 out. 2009. Disponible em: <<http://lavaca.org/decim/decim-con-los-maestros-ignorantes>>.

LUDUEÑA, M. E. Martín Churba: tramar un sueño. *La Nación*, Buenos Aires, 9 jan. 2005. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/669129>>.

MTD LA JUANITA, boletins anos 2001 a 2005.

PERIÓDICO REGIONAL *LA POSTA*, Moreno, números 0 a 5, anos 2004/2005.

TOSI, M. C. Dejaron de cortar rutas y se dedican a exportar. *La Nación*, Buenos Aires, 12 jun. 2005. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/712329>>.

ABSTRACT *The article discusses the patterns of the collective action and their changes undertaken by the dominated ones in relation to territoriality and labor in the outskirts of Buenos Aires during the first decade of the 21st century. The research focuses on two case studies of organizations that presented themselves as: autonomous from traditional parties and unions, advocated the creation of cooperative work relations and proposed a policy from the “neighborhood”. The article highlights the ways in which these organizations maintain and recreate a working class tradition in contrast with the theories that emphasize the end of social classes and the traditional division, in urban studies, between social struggles outside and inside the factory.*

KEYWORDS: *Cooperativism; Collective Action; Periphery; Buenos Aires; Unemployed Workers; Popular and Solidarity Economy.*